
Moçambique: alerta contra a promoção de monoculturas de árvores

Em 1997 foi instrumentado o Protocolo de Quioto na Convenção das Nações Unidas sobre Mudança Climática para limitar as emissões de carbono que provocam o aquecimento global. A partir de então, a situação tem piorado devido à aceleração dos impactos da mudança climática; no entanto, nas conferências o assunto mais badalado diz respeito às “oportunidades” da catástrofe, ou seja, aos negócios.

Na última conferência realizada em Nairobi, Quênia, a meados de novembro, uma das “oportunidades” que foi mais enfatizada fazia referência à possibilidade de os países empobrecidos da África, Ásia e América Latina obterem lucros através dos “projetos MDL”(que eles chamam de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo e nós de Mecanismo de Duvidosa Limpeza)- dentro dos quais estão os denominados de Florestamento e Reflorestamento para sumidouros de carbono (vide Boletim Nº 37 do WRM) bem como os de estabelecimento de plantações para biocombustíveis (vide Boletim Nº 112 do WRM). Em nenhum dos casos são reduzidas as emissões que provocam o aquecimento da atmosfera, é apenas uma armadilha para ganhar dinheiro enquanto as verdadeiras causas da mudança climática continuam sem ser resolvidas.

Muitos governos de países empobrecidos, cativos do endividamento e da dependência, são propensos a ver com bons olhos essas “oportunidades”. É o caso de Moçambique, em que as autoridades do país, depois de receberem no dia 20 de novembro em Maputo uma delegação das Nações Unidas que acabava de chegar da conferência de Nairobi, anunciaram, com muito entusiasmo, os benefícios que obteria o país ao aceitar esses projetos.

Nesse mesmo dia, a organização sul- africana GeaSphere, com uma longa trajetória de luta contra as monoculturas de árvores, organizou um evento do qual participaram delegados de organizações locais a fim de debaterem sobre os impactos das plantações florestais em grande escala. Durante o evento, o coordenador da organização, Philip Owen, um representante da organização SCAPEI, Nhlanhda Msweli e uma representante do WRM, Ana Filippini, forneceram detalhes sobre os impactos sociais, econômicos e ambientais já identificados em muitas comunidades devidos ao estabelecimento de monoculturas em grande escala.

Os participantes, que também foram informados sobre os planos do governo de Moçambique de promulgar uma lei de promoção de plantações, resolveram estabelecer um grupo de coordenação com a representante da GeaSphere em Moçambique, Vera Ribeiro e passar uma mensagem de alerta para a população moçambicana não aceitar as propostas de promoção de monoculturas.

Para esse objetivo ser bem- sucedido, será fundamental a coordenação regional com outras organizações. As experiências da África do Sul e a Suazilândia podem contribuir em grande medida para a conscientização em Moçambique sobre o impacto das monoculturas florestais.

